

END



Jornal Indígena

Ano II

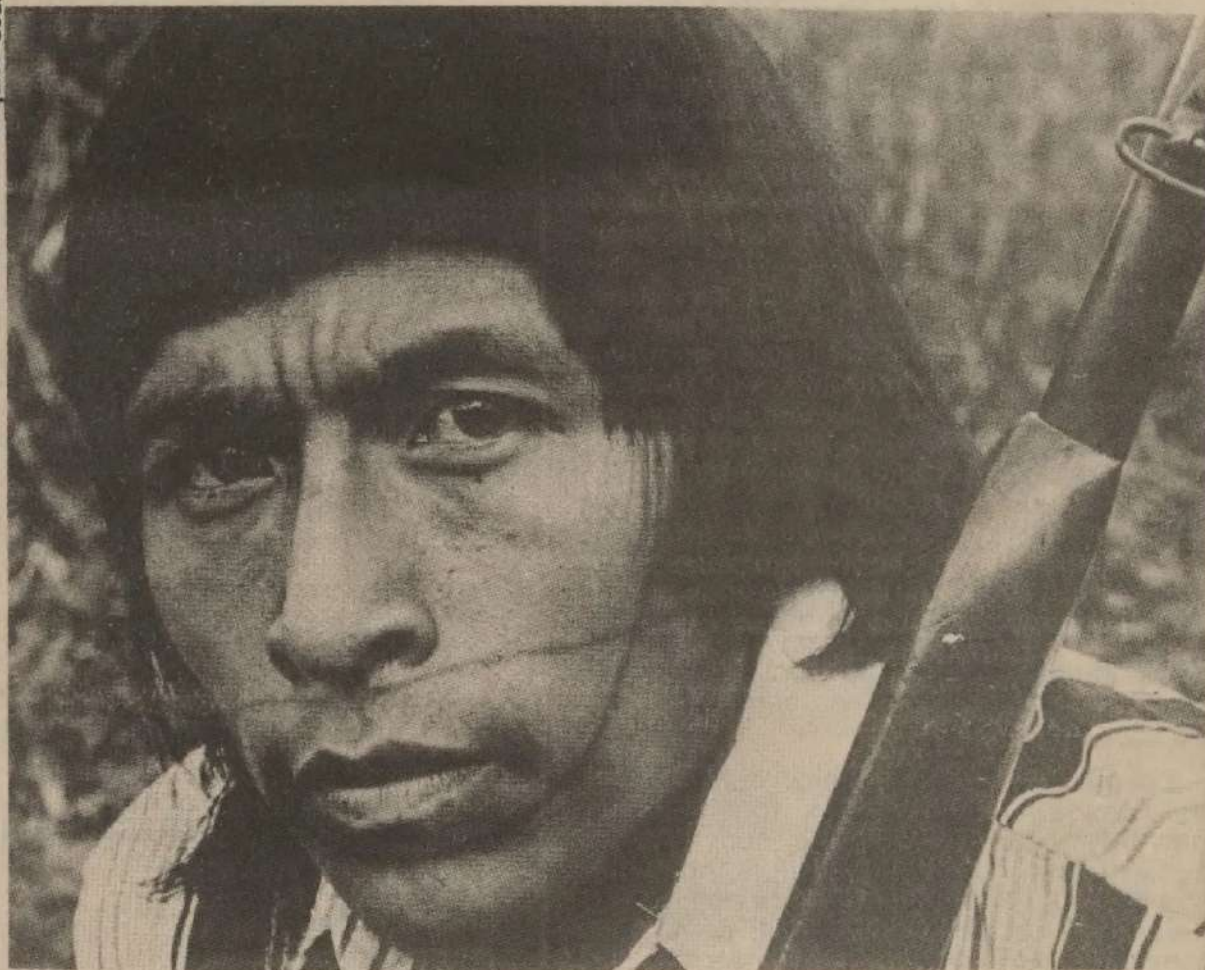
Jornal Indígena

Jan/Fev. 85

Nº 3

CONFLITOS

Arquivo Cedi



Surui

Os Conflitos com invasão e roubo das terras indígenas, sempre aconteceram neste país. Não é novidade para os Povos Indígenas. O que deve estar surpreendendo os invasores de nossas terras, neste momento, deve ser a vigilância de nosso povo. A Solidariedade é a única arma deste Povo que já foi roubado em tudo de mais sagrado e fundamental para sua sobrevivência. Os quatro casos aqui apresentados: Apinajé, Pataxó, Kadiwéu e Kaingang, mostram a violência de nossos inimigos. Mas não podemos nos esquecer a situação de terror que ronda as áreas Kiriri, Potiguara, Krenak, Maxakali, Xakriabá e Guajajara...

EDITORIAL

CULTURA INDÍGENA

Nós, somos os povos autóctones, somos descendentes dos primeiros habitantes deste Continente que hoje se chama BRASIL: temos uma história comum, uma personalidade étnica própria, uma concepção cósmica da vida, diferente do ocidente, bem como herdeiros de uma cultura milenar transmitida de geração a geração pelos nossos ancestrais, onde encontra numerosos elementos fundamentais da cosmogonia índia; a visão totalizadora do universo e o sentido do equilíbrio de seus diferentes elementos.

O pensamento cósmico da vida e do mundo que nos rodeia, é a base fundamental para compreender a Ideologia Indígena o qual significa: ordem em constante movimento e harmônica sucessão de opostos que se complementam.

Antes de falar da cultura de nossos povos índios do continente, é necessário falar de nossa civilização como resultado da organização cotidiana e comunitária da vida. A partir deste podemos considerar que a nossa cultura é o conjunto de valores morais, científicos e intelectuais que se vivem partindo da relação do homem com seu meio ambiente numa prática total e comunitária.

Entre os valores culturais mais importantes de nossa indianidade, podemos afirmar a organização da comunidade índia, organização sociais baseadas na coesão cósmica comunitária.

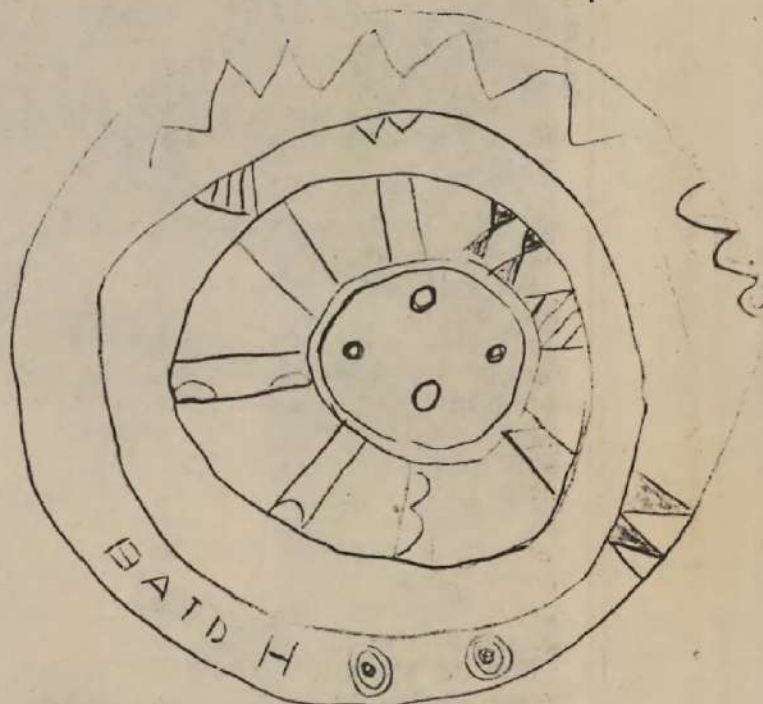
Possuímos, também valor cultural de nossos idiomas, cujos fonemas onomatopéico manifesta-se com os sons mesmos da natureza, pois, nossas línguas não só servem para comunicar com os seres humanos, como também com a natureza através de nossos cantos, músicas, poesias, rituais, hábitos, costumes e tradições, que recebemos de nossos ancestrais que nós chamamos cultura. Para nós indígenas cultura significa herança social total da humanidade (Patrimônio), e consideramos a base de uma sociedade, com o objetivo de defender os interesses de seus membros e a proteção do mundo natural.

Indubitavelmente, a cultura para nós indígena e a responsável pelo maior parte do conteúdo da personalidade humana.

Através da cultura os seres humanos, aprendem a valorizar a vida, a respeitar as leis da natureza, a viver em harmonia com ela, com isso permite a contribuição valiosa à comunidade, buscando sempre o equilíbrio, que tornará possível a compreensão de todos, através do veículo da cultura que é o idioma.

DOMINGOS VERÍSSIMO MARCOS -

Índio da tribo Terena.



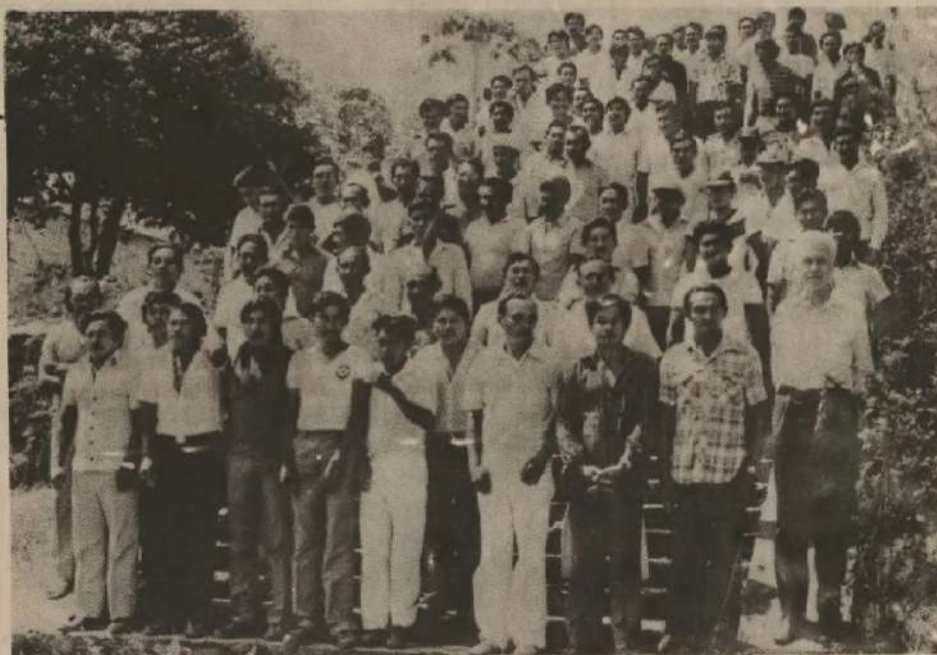
O Cosmo segundo Augusto Rãrac - Rankokamekra

Jornal Indígena
Publicação da Regional Sul
União das Nações Indígenas
Coordenadoria de Publicações
Rua Calubi, 126 - Perdizes
05010 - São Paulo - SP
EXPEDIENTE

Edição: Ailton Krenak
Redação: Alvaro Tukano, Paulo Miriacuru,
José A. Xokó, Domingos V. Terena,
Bartolomeu Patira Prohõpa Xavante
Revisão: Nimuendaju Kalowá

ENCONTRO DE RORAIMA

Arquivo Cedi



A Assembléia
anual dos Taxáuas
do Território
de Roraima

Os Povos Indígenas do Território de Roraima realizaram sua grande reunião neste mês de janeiro.

Foi a 10.^a Assembléia Geral *Anual dos Tuxauas* Makuxi, Wapixana, Taurepang — além dos representantes Yanomami, Apurinã e Munduruku, que vêm participando já há algum tempo.

Para este ano, na reunião que foi realizada nos dias 7, 8, 9 e 10 de janeiro de 1985, os parentes Makuxi e Wapixana, através de seus Tuxauas, convidaram aos coordenadores da Regional Sul — União das Nações Indígenas, Alvaro Tukano e Ailton Krenak que também participaram da Assembléia.

Muitos assuntos foram debatidos neste encontro de lideranças indígenas. Entre os mais importantes, estão a questão da Terra, Saúde e Educação.

Questão da Terra

As comunidades representadas através dos Conselhos*, na pessoa do Tuxaua, denunciaram o grave problema que envolve a questão das terras, que já estão demarcadas e continuam com invasores dentro. Pior ainda, muitos dos invasores já foram indenizados e não aceitam sair até que o governo, através do Incra*, arranje outras terras para eles se instalarem.

E mais, denunciaram as violências

que gente como Epitácio Andrade de Lucena, que contou a proteção do juiz Aluisio Antonio de Sá Peixoto, para invadir, destruir e incendiar a habitação de membros da Comunidade do Tuxaua Alcides Wapixana. Este juiz de direito autorizou a expulsão de nossos parentes Wapixana de dentro de sua própria terra.

Foi discutida também a invasão da área "Colônia Agrícola São Marcos"* por grileiros, fazendeiros e outros aventureiros. Todas essas invasões, que vêm ocorrendo há muito tempo, não estão tendo a menor resistência por parte da Funai na região. Muitas das invasões estão sendo feitas em áreas com situação totalmente regular.

Grileiros, com apoio de políticos locais, estão cada vez mais audaciosos. Escolhem uma área e mandam cercar com arame. Botam jagunços armados lá dentro e criam a situação de terror.

Resistindo na Terra

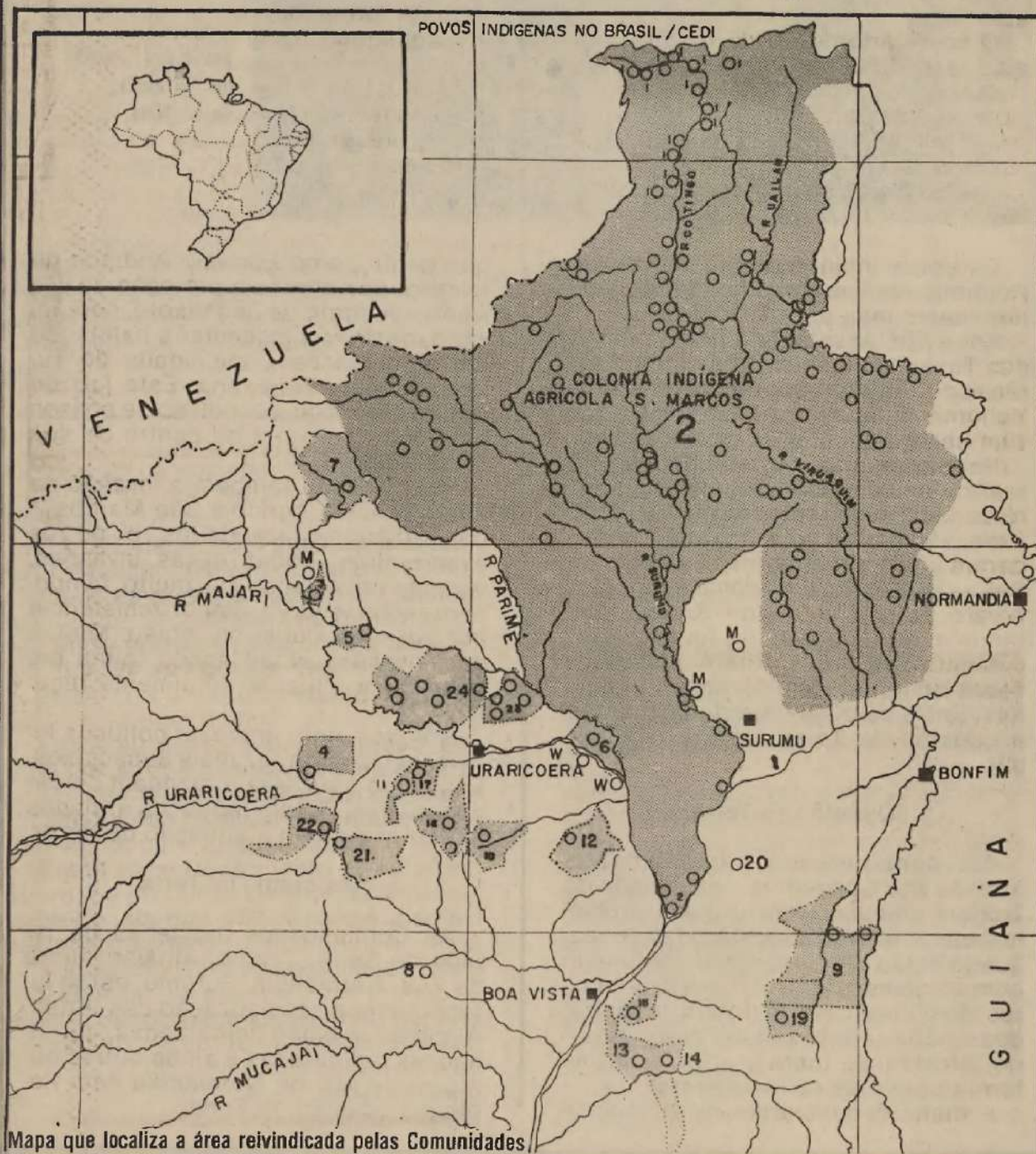
As Comunidades indígenas da região do Serra, Taiano, Amajari, Serra da Lua, Normandia, Surumú, estão lutando para a regularização das terras. Algumas já estão demarcadas, outras apenas delimitadas e ainda outras como na região de Normandia sem nenhuma posição da Funai.

Na região do Amajari, as terras são demarcadas. No entanto, cheia de invasores. Invasores que já foram indenizados e já deveriam ter sido postos para fora.

Todas estas questões foram discutidas pelas lideranças, foram tomadas decisões.

As comunidades passarão a reforçar os rebanhos de gado, como forma de ocupação das áreas que hoje estão sendo invadidas. Concluíram que manter as terras para uso tradicional está ficando cada vez mais difícil, daí partiram para a criação de gado como maneira de impedir as invasões.

Decidiram, também, explorar economicamente as reservas minerais existentes em sua área. Com o resultado desta exploração irão aumentando o controle sobre suas áreas. Em alguns casos, indenizando moradores que estão intrusados em suas terras. Tem como objetivo o total controle de seus territórios, além da proposta de criação de uma área contínua de limites nos rios Surumú, Tacutú, subindo pelo Maú, com limites ao norte na fronteira com Venezuela. Essa proposta já está sendo encaminhada à Funai. Vamos dar todo apoio. Essa é uma luta de todos os Povos Indígenas.



Situação de Saúde

A situação de Saúde entre as comunidades do Território de Roraima é muito grave. Até agora a Prelazia de Roraima, através da Consolata, vinha prestando assistência com um hospital em Surumú e outro no Taiano, mas já comunicou que será forçada a fechar o hospital de Surumú — como já teve que fazer com o do Taiano. Toda a população indígena da região precisa destes hospitais que atendem a mais de dez mil pessoas. Por isso decidiram assumir junto com D. Aldo, bispo da Prelazia de Roraima, o compromisso de lutar junto ao governo brasileiro para que possam manter os hospitais abertos.

O secretário de saúde do Território está fazendo uma política contra a manutenção dos hospitais. No Taiano, após suspender qualquer apoio para a manutenção do hospital, acabou abrindo um posto de saúde que não conta com a confiança das comunidades.

Nestes primeiros meses do ano as comunidades estão sofrendo uma epidemia de malária. Os médicos da delegacia da Funai em Boa Vista, são insuficientes para prestar atendimento. Na Casa do Índio, onde deveria ser mantido um médico para atendimento de plantão, existe apenas uma atendente de enfermagem.

Uma equipe médica, que consta do quadro de funcionários da 10.^a DR — Funai, recebe para atender às comunidades, mas não aparece nas horas de precisão. Acaba tendo só um médico para atendimento das comunidades.



Davi Xiriana, representante Yanomame

Questão da Educação

O Internato da Missão de Surumú é responsável pela alfabetização dos jovens. Essa formação vai até a 8.^a série do 1.^o Grau, além da proposta de dar formação às lideranças indígenas.

Como está este trabalho hoje?

Os Tuxauas reclamam que a formação dos jovens não está sendo feita para servirem as comunidades. Um grande número de jovens, depois de terminado o curso, desce para Boa Vista e outras cidades em busca do trabalho. A impossibilidade de continuar os estudos em sua região é uma das causas. Mas existem outras, como a falta de uma orientação mais clara para formação. Reclamam também do abandono da língua materna nas escolas. A falta de professores interessados em fortalecer a cultura e o conhecimento da língua. Neste sentido, a direção do Internato de Surumú apresentou uma cartilha Makuxi* que será utilizada este ano.

Foi denunciado o abandono em que se encontram as escolas, a falta de apoio da Secretaria de Educação. A conclusão é que somente um trabalho sério, discutido com as comunidades, preparado especialmente para a formação de jovens indígenas, poderá corrigir a situação de desinteresse que existe hoje.

VOCABULÁRIO: O que quer dizer cada palavra

Assembléia Geral: Essa grande reunião reúne os líderes de todas as Comunidades indígenas de toda a região do Território de Roraima.

Tuxaua: É a mesma coisa que cacique ou capitão para as regiões sul e nordeste do Brasil.

Conselhos: As Comunidades indígenas desta região estão organizadas através de Conselhos de cada região, espalhados por todo o território.

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — que faz os projetos de colonização e instalação de famílias no sertão.

Colônia Agrícola São Marcos: É uma área indígena que foi criada no tempo do SPI — Serviço de Proteção ao Índio — depois transformada em fazenda de criação de gado para suprir as Casas do Índio. Hoje está intrusada de fazenda e os índios estão lutando para retomar.

MINAS DE SANGUE



Índios Xakriabá — perseguidos em Minas Gerais

A tragédia do Povo Xakriabá, que habita a região norte do estado de Minas Gerais é muito grande.

Aproximadamente 4.000 índios Xakriabá vivem uma situação de cerco em suas próprias terras.

No município de Itacarambi, Minas Gerais, onde vivem os Xakriabá, as autoridades que passaram pela prefeitura e fiscalização de terras na região, se acostumaram com a prática da invasão das terras e violências contra esses parentes. O atual prefeito de Itacarambi é um dos principais invasores da área Xakriabá.

Em agosto de 84 uma liminar do juiz federal de Montes Claros — M.G., autorizou aos Xakriabá fazerem plantação nas áreas invadidas por um grileiro chamado Zé de Paula e outro de nome Caribé, que tinham cercado uma parte das terras, mas apenas 10 famílias tiveram coragem de fazer roça no lugar, de tantas ameaças que os invasores fazem.

Os índios denunciaram os grileiros e o prefeito invasor e foram novamente ameaçados de espancamento e morte pelo prefeito de Itacarambi, José de Paula — PDS.

No dia 22 de dezembro o prefeito e seus amigos botaram a polícia para espancar os índios, seis policiais invadiram a área indígena e arrebentaram de pancadas os índios Chico e Ernesto Xakriabá.

O prefeito se declara posseiro de uma faixa de 2.400 hectare de terras dentro da área indígena. Como pode ser dono da área indígena? Quem lhe deu ou vendeu a área?

O Capataz (pistoleiro) de um outro grileiro chamado Aécio não se cansa de ameaçar e de andar armado de revólver na região. Este Aécio é invasor de uma área no Morro Falhado, onde vivem 21 famílias indígenas. Sem água, os índios têm que buscar água a uma distância de mais de 3 quilômetros.

Este rio de sangue, tem que ser estancado! Chega de violência contra nosso Povo Indígena. Exigimos que as autoridades envolvidas nesta verdadeira quadrilha de ladrões, sejam responsabilizadas por seus atos. Exigimos respeito a Constituição, respeito às terras indígenas.

Decretos e Leis sem valor

Neste artigo escrito por Paulo Miriacuréu, coordenador da UNI — na região Centro — Oeste, índio Bororo, podemos ver como todas as garantias que temos nas leis, de nada valem se não ficarmos o tempo todo vigiando e nós mesmos não fizermos a defesa de nossos direitos.

Tendo em vista a questão da demarcação das terras indígenas, cabe lembrar das esquecidas e abandonadas terras dos Bororo, do estado do Mato Grosso.

Citamos a reserva de Tereza Cristina — atual Koroguedo Paro, que em 1969, foi interditada pelo decreto 64.018 como cita o presidente da República, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 83 item II, da Constituição e, ainda, os fatos deduzidos de motivos n.º 4, de 8 de janeiro de 1969.

Prosseguindo com o parágrafo único — a interdição de que trata este artigo, tem por finalidade criar condições para que a Funai, a salvo de qualquer tipo de ingerência, promova regularização, inclusive através de medida jurídica, das terras indígenas da denominada "Colônia Tereza Cristina" visando a seu futuro aproveitamento econômico segundo a política indigenista em vigor.

Embora o art. 2 do decreto de garantias quanto a penetração de pessoas estranhas a comunidade, garantindo inclusive com a lei 5.371 de 5 de dezembro de 1967, a requisição de cooperação da Polícia Federal no sentido de impedir invasões e permanência de

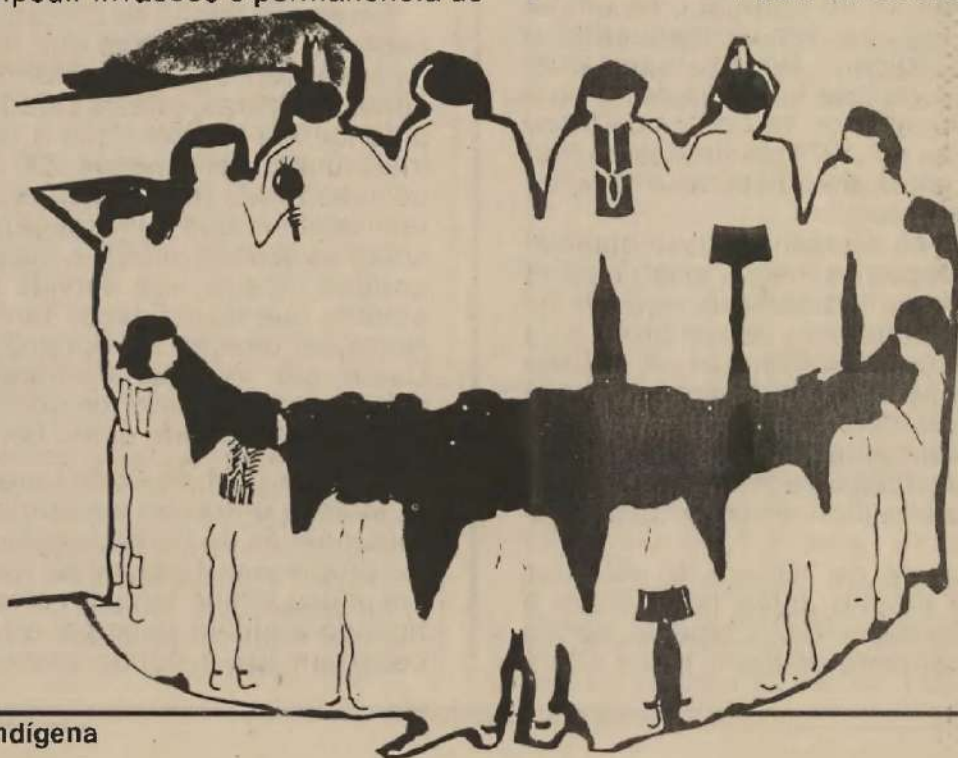
pessoas ou grupos na área interdita, quero citar que a reserva de Jarudore está completamente invadida.

Mais de cinco mil pessoas estão hoje dentro da área, isso por falta de capacidade dos delegados que ocuparam cargos nos anos anteriores. Delegados que não mostraram interesse na defesa do direito das comunidades.

A reserva Jarudore foi demarcada na época de Marechal Rondon e entregue aos Bororo da época — mais tarde teve sua regularização pelo decreto 684 de 18/08 de 1945 — Registro 3.544, livro n.º 3-C, fls. 126 v/163 - cartório de ofício comarca de Poxoréu/MT. O restante da área de 4.706 ha como consta no mapa da Funai é área demarcada pelo decreto assinado em 23 de março de 1983, com assinatura do chefe do Serviço de Cartografia - Gilberto Ferreira da Silva, do DGPI-Funai-DF.

Se a situação das áreas é regular, se estão demarcadas, queremos a área. Se a Funai e o governo não tiver recursos para indenização aos brancos que a invadiram, queremos outra área substituindo a do Jarudore, e para melhor segurança queremos junto a uma reserva com sua demarcação regularizada e sem invasão.

Paulo Miriacuréu



DES: MARIA CAROLINA

A resistência dos Cinta Larga

O Parque Indígena do Xingu não é a única grande área indígena do Brasil pela qual devemos lutar.

Nossos parentes Cinta Larga e muitos outros povos indígenas lutam muito para garantir seu território na área do Parque Indígena do Aripuanã. Vamos ver como está esta briga. Vamos apoiar a luta de nossos parentes. O texto abaixo é um relatório da situação em que se encontram as negociações entre os Cinta Larga e CEMAT — Centrais Elétricas do Mato Grosso e a Secretaria de Obras do Estado de Mato Grosso — feito pela antropóloga Carmem Junqueira, que esteve nesta reunião.

No dia 4 de janeiro deste ano jornais e televisão de Cuiabá noticiavam que membros da aldeia Cinta Larga de Serra Morena haviam invadido loteamento em Juína, atacando colonos. Notícias desencontradas sugeriam existência de mortos de lado a lado. Os habitantes da área colonizada estariam vivendo momentos de pânico.

A história entretanto era bem outra. Não se tratava de nenhum ataque improvisado. Os Cinta Larga estavam, isso sim, cansados de verem suas terras invadidas e sua população ameaçada pelos planos expansionistas do Estado do Mato Grosso.

Em 1968 foi interdita uma ampla área na região a fim de resguardar o território indígena. Um ano mais tarde, é criado o Parque Indígena do Aripuanã acompanhando os limites de interdição. Mas em 1974, os limites do Parque são alterados, ficando a área reduzida à metade.

O governo de Mato Grosso planejava a execução do Polo Aripuanã, parte do Programa Poloamazônia, que incluía a implantação de um projeto de colonização, a construção da rodovia AR-1 e de uma cidade. A área do projeto abrangia cerca de 411.000 ha., terra tradicionalmente ocupada pelos Cinta Larga. Em 1978 teve início a ocupação dos primeiros lotes de um total de quase 3.000.

Com cerca de 700 km de estradas rurais, o projeto Juína fica colado à área indígena de Serra Morena, sendo constantemente visitado pelos Cinta

Larga. Os contactos, sempre mais frequentes, têm sido responsáveis pela penetração de doenças infecciosas nas aldeias, agravando a já delicada situação geral de saúde.

Em 1983 a empresa estatal Cemat (Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.) iniciou a construção de uma hidrelétrica a poucos quilômetros das aldeias de Serra Morena, no rio Aripuanã. Sem consulta prévia aos índios e à Funai, tiveram início os trabalhos para a edificação da barragem. A área a ser inundada abriga reservas de seringaais e castanheais em uso e vários acampamentos de caça.

Em pouco tempo os Cinta Larga perceberam que as terras que tinham sido suas eram agora transformadas em sítios, chácaras, lotes e cidades. Compreenderam também que a usina que iria inundar pelo menos 200 hectares de suas terras traria luz para Juína; viram também que Juína, a cidade feita sobre os seus cemitérios, suas roças e antigas aldeias, era servida por uma estrada que fazia ligação tanto para o Norte em direção a Aripuanã, como a Oeste até Vilhena. Compreenderam que eles, os verdadeiros donos da terra, nada receberiam como benefício.

Durante 1984, os Cinta Larga de Serra Morena entraram em contacto com funcionários da Cemat e obtiveram deles promessas enganosas: receberiam em pouco tempo também uma estrada ligando a aldeia principal à Usina, receberiam luz e outras comodidades.

Essas promessas nunca se concretizaram. Em setembro de 1984 os índios deram um prazo à Cemat: antes do início das chuvas queriam receber o que lhes havia sido prometido.

Mas as chuvas chegaram e nada receberam. Em janeiro último, cansados das promessas mentirosas, perderam a paciência e invadiram um lote do projeto Juína, saqueando o que acharam. Era o sinal de alerta. Estavam decididos a não permitir o funcionamento da usina ou mesmo o prosseguimento das obras.

Por força desses acontecimentos, a Cemat, a Funai e a própria Secretaria de Obras do Estado de Mato Grosso resolveram ouvir o que os índios tinham a dizer.

Depois de alguns preparativos, marcou-se para o dia 22 de janeiro uma reunião com a presença do principal líder da comunidade de Serra Morena, Lampião, três Cinta Larga (Atrope, Tamart e Pio), o administrador do Parque Indígena do Aripuanã (Francisco de Assis da Silva), o delegado da 8ª DR da Funai em Porto Velho (Apoena Meirelles), o representante do DPI da Funai de Brasília (José Jaime Mancini), dois indígenas da OPAN (Marta Inês S. Hargreaves e João Dal Poz) e uma antropóloga (Carmem Junqueira). Pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Mato Grosso, compareceu o Deputado Ricardo José Santa Cecilia Corrêa, e pela Cemat representantes da presidência e diretoria (Heraldo Cândia de Figueiredo, Itamar Dias Duarte, José da Conceição Gonçalves e Cleber Roberto Lemes).

No início da reunião, realizada nos escritórios da Cemat em Cuiabá, Lampião apresentou a lista das reivindicações, exigindo o pronto atendimento de todas elas, sob pena de não permitir a continuação das obras. São elas: 2 barcos com motor de popa, 1 Toyota, 1 caminhão Ford-4000, instalação de luz elétrica no Posto de Atração Serra Morena, construção de estrada ligan-

do o PIA Serra Morena ao acampamento da hidrelétrica, construção da Casa Sede, Escola e Enfermaria, todas dotadas de instalação hidráulica.

De início, os representantes da Cemat negaram-se a atender todos os pedidos, alegando que somente seriam inundados 193 hectares da reserva indígena. Argumentaram que a usina, a fim de água não iria atrapalhar o fluxo normal de água do rio Aripuanã.

Finalmente, e depois de quase 6 horas de debates, o Secretário de Obras Sr. Ricardo Corrêa decidiu atender o pedido da comunidade. Ficou decidido então que a estrada entre a usina e o PIA Serra Morena seria construída pelo Governo do Estado de Mato Grosso, tão logo cessassem as chuvas (por volta de Abril); equipamentos e energia elétrica na aldeia seriam cedidos após um acordo entre a Funai e a Cemat. Num período de 60 dias a partir da data da reunião algumas das reivindicações já deverão ser atendidas, tais como barco, Toyota, motor de popa. Em contrapartida, os representantes da comunidade Cinta Larga aceitaram o pedido da Cemat relativa a não permanência dos índios no canteiro de obras.

Com essa decisão, os Cinta Larga retornaram à área indígena levando consigo uma cópia da ata da reunião assinada por todos os presentes. O evento marcou o primeiro encontro formal entre líderes indígenas e representantes dos governos estadual e federal. Esta foi a primeira visita dos índios a Cuiabá. Eles esperam que seja respeitado o acordo e que os não-índios cumpram com sua palavra. Área atual do Parque Indígena do Aripuanã: 1.880.246 hectares

Área de Serra Morena: 141.000 ha. O Parque foi criado pelo Decreto nº 64.680 de 23/7/69, seus limites estão descritos no Dec. 62.995 de 16/6/68.

Uma aliança para diminuir conflitos

Os Povos Indígenas não estão só na luta pela regularização da terra no Brasil. Milhões de trabalhadores que não têm um palmo de terra para o cultivo e alimentação de suas famílias, estão cada vez mais organizados, estão nesta luta da mesma maneira que os índios.

Nosso inimigo é o grande fazendeiro, as grandes empresas, o latifúndio. Vamos unir nossas lutas, juntos teremos a vitória.

Na cidade de Curitiba - Pr, foi realizado o 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (29 a 31 jan 1985). Participaram os líderes e delegados dos sindicatos que lutam por um pedaço de terra, pela justiça, pela paz nos campos onde não existe nenhuma segurança e lei que proteja o pobre.

A UNI foi convidada. Vieram os Kaingang, como por exemplo, o Vicente Fernandes, Salvador Capanema e Néson Xangrê; dois Guarani de MS, o Nenito que é primo do finado Marçal de Sousa que também está sendo ameaçado pelo capitão imposto pela FUNAI. Essa ameaça se faz através de 150 policiais que o capitão vem se articulando junto com os índios que defendem os crimes desse sujeito conhecido.

Também vieram dois jovens: um Guarani e Kaioá. A UNI teve uma boa atuação, porque os brancos sem terra e índios viram que entre si não existe perigo. O inimigo declarado é o capitalismo. O capitalismo é sustentado pelos fazendeiros que não gostam de índio e do sem terra.

Eis o resumo do documento do encontro. Esse documento é muito importante para discutirmos com nossas comunidades.

Os 1.500 delegados, representando todos os estados do Brasil, reunidos em Curitiba-PR, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1985, no I Congresso Nacional do Trabalhadores Rurais Sem Terra, EXIGEM:

- 01 - Em Relação à Distribuição e Uso das Terras
 - 1.1 - Que a terra seja para quem nela trabalha.

2 - Sobre as Multinacionais

- 2.1 - Expropriação de todas as terras das multinacionais e proibição de estrangeiros terem terra daqui para a frente aqui no Brasil.

3 - Colonização

- 3.1 - Fim de toda e qualquer colonização dirigida, seja pelo governo, empresa privada ou cooperativa.
- 3.2 - Assistência adequada, em todos os níveis, nos projetos de colonização já existentes.

4 - Sobre os Órgãos Governamentais

O que queremos em relação ao Ministério Extraordinária para Assuntos Fundiários (MEAF), INCRA, e aos Institutos de Terra de cada Estado (GETAT, SUDAM, CODEVASF, JICA):

- 4.1 - Extinção do MEAF, GETAT, SUDAM, CODEVASF e SUDENE e os Institutos de Terra dos Estados.
 - 4.2 - Criação de novos organismos com a participação dos trabalhadores na criação e administração.
 - 6.1 - Que o Governo implante a Reforma Agrária com a participação dos trabalhadores como única forma de acabar com a violência no meio rural.
 - 6.2 - Exigimos segurança para a nossa luta de organização do Movimento Sem Terra.
 - 6.3 - Exigimos que o Governo Federal assumira a apuração de todos os assassinatos e punição dos mandantes e executores dos crimes.
- EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA NO CAMPO**
- 6.4 - Exigimos que acabe a violência nas ocupações de terra.

Organizando a UNI-Nordeste

José Apolônio Xokó

Membro do Conselho Nacional da UNI.

Nós índios Xokó, que lutamos para conseguir um pedaço de terra, tivemos que enfrentar tudo que é ruim que os brancos têm. Ficamos firmes na luta até que conseguimos começar a dobrar os ditadores e tivemos de volta um pedaço de nossa terra. Ainda conseguiremos o resto, vencemos uma batalha mas a guerra continua.

O Nordeste, que é uma das regiões onde o índio mais sofre temos que se juntar, fazer uma campanha para um ajudar ao outro. Temos que sentar e discutir nossos problemas porque do jeito que vai não dá para continuar.

A situação hoje é das piores que a gente já viu. Invasores tomam nossas terras a custa de pancadas e outros tipos de bravuras. Para nós termos de novo essas terras vai ser preciso brigar muito, não vai ser fácil, mas aos poucos nós vamos chegar lá.

Vamos ajudar os irmãos pataxós da Bahia que estão sendo ameaçados pelos fazendeiros da região. Dia nove de fevereiro vamos para a área desses parentes que precisam de nosso apoio e estão sendo pisados pelos fazendeiros. Não vamos deixar que coisas desse tipo aconteçam mais!

O Brasil está caminhando para uma Nova República, é o que ouvimos falar mas eu pergunto: — O que vai mudar para os povos indígenas se vemos grandes inimigos nossos ao lado de Tancredo como o Sarney e o Antonio Carlos Magalhães?

Se um dia pudéssemos colocar chocalhos nos invasores de terras ninguém conseguiria dormir. A gente ia ver até deputados e senadores entrando no Congresso, prefeitos nas prefeituras, juízes nos tribunais e outros poderosos fazendo barulho, cada um com seu chocalho!

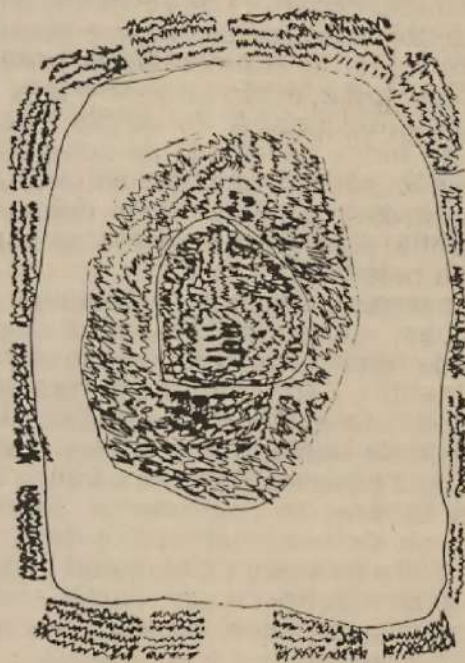
O que nós devemos fazer é entregar ao Presidente eleito a lista com os nomes dos invasores. Eles devem ser punidos pelo que fizeram, não se deve

deixar esses caneludos ficarem espalitando os dentes com cara de mamãe quero bolo.

A terra roubada de nossos parentes deve ser devolvida, só vamos parar de lutar quando nossos direitos forem conquistados, enquanto isso não acontece devemos lutar com muita garra para alcançar a vitória.

Estamos tentando organizar uma regional da UNI no Nordeste e como a situação de dinheiro não é fácil, estamos trabalhando com a UNI-SUL para organizar uma reunião com as lideranças do Nordeste para discutir esta proposta e outros problemas. Queremos que a reunião seja no início de março.

O nosso movimento não pára, caminhamos em estradas estreitas com a esperança de um dia caminhar em estradas largas.



A terra para quem vive da terra



O ano de 1985 começou de uma forma assustadora para nosso povo indígena.

A nossa união é a nossa única arma contra todos os meios que fazendeiros e empresas usam para nos destruir.

Em todo país, de norte a sul, temos nossos inimigos armados até os dentes. Querem invadir nossas terras. Querem nos roubar a nossa paz.

Os órgãos do governo federal e dos municípios ao invés de respeitar a lei, respeitar a Constituição, que nos garante as terras e proteção as nossas comunidades, estão fazendo o jogo de nossos inimigos. A Fundação Nacional do Índio, esvasiada de competência, não sabe o que faz. Na maioria das vezes nos deixam sem nenhuma garantia diante desta violência espalhada pelo país.

As terras indígenas estão sendo invadidas, muitas já estão com centenas de famílias de colonos e fazendeiros dentro. São bombas prontas para explodir. O exemplo dos Pataxó Hã-Hã-Hã na Bahia, de nada serviu para alertar o governo federal e a Funai. Depois do que os fazendeiros fizeram com os Pataxó, matando, esfolando, cercando todo um povo, como se fosse gado dentro de um curral, todos pensam que podem repetir a mesma coisa.

Agora, neste mês de janeiro, temos quatro comunidades indígenas na mesma situação. Cercados.

Os Pataxó Hã-Hã-Hai no sul da Bahia

Desde o ano de 1982, estão sendo castigados por jagunços dos fazendeiros, cacauicultores do sul da Bahia. Invasores das terras que tem todo o apoio político da região. São prefeitos, empresários e até mesmo deputados, contra uma comunidade sem nenhuma garantia.

O Povo Pataxó luta para retomar 36.000 hectares de terra invadida por fazendeiros. Muitos deles têm títulos que foram doados pelo governo do Estado da Bahia. Onde estava a Funai que não tomou nenhuma atitude contra esse roubo? Esperou ficar uma situação de desespero para o Povo Pataxó e só aí foi ver o que estava acontecendo. A luta do Povo Pataxó somente será resolvida com a participação e solidariedade de todo o povo indígena.

Os Kaingang do Chimbangue em Santa Catarina

Como os Pataxó no sul da Bahia, os Kaingang — em Santa Catarina, sul do Brasil, também estão cercados. Seus inimigos são os mesmos fazendeiros, empresários e políticos locais. Depois

de terem suas terras invadidas, hoje os kaingang lutam com grandes dificuldades para a retomada de sua terra. O governo federal tem a responsabilidade de garantir a terra e sobrevivência de nosso Povo Indígena. Vamos lutar juntos para termos nossos direitos garantidos. Unidos venceremos!

Os Kadiwéu, no sul do Mato Grosso — MS

Como será resolvida a questão dos nossos parentes kadiwéu, que têm sua terra arrendada para fazendeiros?

O último presidente da Funai, Jurandir M. da Fonseca, foi demitido da Funai por ter renovado o arrendamento de terras dentro da área Kadiwéu. E os fazendeiros que estão lá dentro, como faremos para por eles para fora? O que os Kadiwéu poderão fazer contra fazendeiros que estão muito bem armados, têm até avião? Isso tem que ser pensado por nosso povo. Não podemos deixar que mais uma Nação Indígena seja destruída neste país. Já demos demais para o desenvolvimento, para o progresso, agora é hora de termos as mínimas garantias das leis deste país. A Constituição Brasileira, em seu artigo 198 — dá garantia aos Povos Indígenas sobre suas terras. Nenhuma outra pessoa tem o direito de invadir, arrendar ou comprar uma parte que seja das terras indígenas. Vamos Exigir nossos direitos, respeito às terras indígenas é o que queremos.

Os Apinajá — em Tocantinópolis — GO

Como fica a situação dos Apinajá que estão cercados por fazendeiros lá em Goiás?

Dentro de suas terras estão mais de 600 invasores. Estão ocupando uma grande parte das terras indígenas, impedindo a demarcação desta área.

Os grandes fazendeiros, grileiros das terras indígenas estão botando gente para invadir as terras dos Apinajé para depois fazerem os documentos em nome de fazendeiros, roubando as terras indígenas.

Mas os nossos parentes Apinajé não estão sozinhos, lá dentro da Reserva Apinajá, estão muitos outros guerreiros. A solidariedade indígena está preparada para apoiar os Apinajé nesta luta. Junto com os Apinajé, estão lideranças Xavante, Kaiapó, Xerente e muitos outros povos vigiando pela garantia de nossos direitos.

CARTAS

Nossa Seção de Cartas está tendo uma aceitação muito grande pelos parentes. Muita gente escreve para cá fazendo denúncias e exigindo soluções como o caso dos ApiaKá — MT, os Kaiabi-MT e também dos Apurinã, que já estão cansados de exigir soluções das autoridades.

Para o Presidente da FUNAI — Brasília

Para o Delegado da 10ª DR da FUNAI — Boa Vista

Boa Vista, 29 e 30 de novembro de 1984

Senhor Delegado da FUNAI Amancio,

- 1) nós todos os tuxawas reunidos das seguintes regiões: Raposa, Santa Cruz, Maturuca, Serra do Sol e Surumu, falando decidimos englobar toda essa área e queremos uma área única.

Limitando pelo Rio Itacutu, Rio Maú até Serra do Sol. Paralelamente com o Rio Surumu, Rio Miank até Serra do Sol.

Nós não queremos saber se têm muitos fazendeiros dentro dessa área e nem tão pouco saber se eles têm título de suas fazendas porque essa área é nossa. Como falam que têm seus títulos, mas que esse título não é verdadeiro, o nosso título verdadeiro está em primeiro lugar. Nós somos netos e bisnetos dos nossos Bisavós que nasceram naquela terra; nós não viemos de outros Estados.

Agora eles que vem de fora dizem que são donos, isso completamente errado.

Esta terra já estamos ocupando, com nossas criações.

Aqui nós não abrimos a mão, nós podemos morrer, mas morremos pelo amor da nossa terra.

CARTAS

- 2) Nós todos os tuxawas vimos também que o tratamento médico na casa do índio, não está funcionando bem. Os pacientes que vem fazer o tratamento, estão mal medicados. E também os pacientes estão mal alimentados, comendo peixe moido, isto é, estragando.
- 3) Vimos também que o advogado não está cumprindo com seus deveres, não está ajudando os índios. Surgiram vários problemas nas malocas e não foram resolvidos. Os tuxawas pediram várias vezes para ele ir, nunca foi. Ele está fazendo mais o interesse dos brancos, dessa maneira nós não queremos mais esse advogado; queremos um advogado que nos ajude a resolver junto os problemas.
- 4) Sobre o trabalho do Delegado na Delegacia, até agora nós não vimos seus planos de trabalho, depois que tomou a posse como Delegado. Nós pedimos que o Delegado faça um esforço, que dê uma força, que resolva junto os problemas.

Na esperança que nossos pedidos sejam atendidos, nos despedimos.

Seguem as assinaturas dos tuxawas.

Lábrea, 26 de dezembro de 84

Prezado Apoena,

Vim à cidade fazer compra e topei esta situação. Ontem o prefeito Francisco Pires parou o carro e me disse assim: que nós somos invasores e que vão vinte pessoas lá na aldeia do Pacia, com a polícia para tirar nós.

Disse que o prejuízo ele vai indenizar.

Agora eu quero que você saiba de uma coisa: nós não sai de lá não.

Índio de lá, não sai vivo. Só sai morto. Nós vamos para a Aldeia e não vem mais aqui, nem para compra.

Minha palavra não volto atrás. Vou guardar a produção de castanha lá. Só solto depois que a Funai chegar a resolver a questão.

A situação está negócio feio mesmo, séria.

Se você for pelo índio venha aqui resolver!

Agostinho Apurinã
Lábrea — AM.

Mairob, 25 de dezembro de 84

Prezado Senhor
Hamilton Figueiredo
Delegado do 5.º DR-Funai

Continuamos aguardando colaboração Funai. Em julho de 84 recebemos a notícia de que viria uma equipe da Funai para ver a questão da área de nossa habitação que ficara fora no trabalho feito em 1975, quando a Reserva foi demarcada — conforme decreto n.º 74.477. A vinda da equipe era para o mês de agosto/84, no máximo até Set./84. Estamos no final de 84 e não escutamos mais nada.

Durante este tempo chegaram no Tatuí, aldeia Kayabi, algumas pessoas da CEMAT para que assinássemos o resultado do trabalho de levantamento topográfico que apresentavam. Ninguém de nós assinou porque estava mal feito e não incluía a área de nossa habitação que solicitamos.

Continuamos preocupados com a ameaça da construção da usina hidrelétrica no nosso rio, que vai trazer muitos problemas, doenças pela água suja e morte de peixes que é o nosso alimento.

Não queremos a construção dessa hidrelétrica.

Queremos o reconhecimento ao nosso direito à vida, com a garantia da nossa terra e sem usina.

Comunidade da Reserva Indígena
Apiaká-MT

Cuiabá, 28 de Janeiro de 1985

Vimos aqui em Cuiabá para tratar dos nossos interesses, da nossa Comunidade, que ainda nada foi resolvido.

Uma das questões, é com a CEMAT — Centrais Elétricas do Mato Grosso, a qual nos interessa resolver imediatamente, é o caso da usina hidrelétrica no salto Kaiabi, no rio dos Peixes.

A Comunidade Kaiabi enviou a carta para Funai, Cemat, Andrade Gutierrez — construtora, para participar de uma reunião na Aldeia para discutir os problemas. Mas a diretoria da CEMAT e da Andrade Gutierrez não quiseram ir na Aldeia discutir com a comunidade Kaiabi, as promessas que fizeram no ano de 1984.

CARTAS

Ontem de manhã, reunimos três grupos indígenas, Kaiabi, Bakairi e Terena, na qual tomamos a posição de não continuar a obra da hidrelétrica no salto Kaiabi. Nossa posição deixou vários grupos indígenas de Mato Grosso atentos. Os índios Kaiabi do Xingu e Txukarramãe, estão atentos, estão chegando para os próximos dias na Reserva Kaiabi, no município de Juara, aonde vamos discutir muito e vamos queimar o decreto assinado pelo presidente Figueiredo como aconteceu com a mineração em áreas indígenas.

Os Povos indígenas vão tomar conta. Chega de branco pisando em nossas cabeças. Agora é hora de nós lutarmos e tomarmos os nossos direitos.

A partir de hoje não vamos aceitar mais a promessa da CEMAT e da Andrade Gutierrez, uma vez que se negaram a vir para a reunião e também a CEMAT tirou o corpo fora sobre a indenização, isso não vamos aceitar mais. A Cemat vai trazer muito prejuízo para a comunidade Kaiabi.

A Usina não funcionará dentro da terra Kaiabi. Será que só lá existe salto? Vamos dar o prazo para Cemat e Andrade Gutierrez retirar seus objetos que estão lá dentro da reserva.

Por isso vamos lutar pela justiça, por nossos direitos e principalmente a terra, não podemos viver sem a terra.

O governo do estado do Mato Grosso sempre foi contra nossos direitos, não respeitam o estatuto do Índio.

Manda os militares contra o índio.

Queremos justiça e não violência.

Antonio Carlos Kaiabi

Pari-Cachoeira, 26 de dezembro de 1984

DD. e EXMO. SR.

NELSON MARABUTO

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO — FUNAI

Exmo. Sr.

De acordo com o Relatório de Tomada de Providências datada no dia 10 de novembro de 1984 e que encaminhamos em anexo, e conforme autoterminação com o povo indígena do Rio Tiquié de acordo com o estatuto da UCIRT que a duração da Diretoria anterior é válida por três anos e que nesse sentido esgotou hoje 26 de dezembro 81 a 26 de dezembro de 84, com a força da vontade do povo, o povo do Rio Tiquié nesse mesmo dia e hora decidiram em usar em democrático.

Por isso com uma vitória foram eleitos novos membros da diretoria da COMUNIDADE INDIGENA DE PARI-CACHOEIRA. Essa nova diretoria mais membros da comunidade indígena de Taracua tomaram uma decisão numa reunião, na qual foram expostos vários termos a seguir:

- Proibição da entrada de garimpeiros brancos ou pessoas estranhas na região do distrito de Taracua e Pari-Cachoeira.
- Quanto mais breve possível a construção de um Posto na Boca do Tiquié (Posto de fiscalização) e construir também no rio IRA na Cachoeira do Ira um Posto de FONIA com uma ligação direto a Brasília na frequência da FUNAI.
- Impedir a entrada de EMPRESAS MINERADORAS.
- A Comunidade Indígena de Pari-Cachoeira, Taracua e Iauareté reunião no distrito de Taracua para debater problemas de demarcação de Terras, todos juntos alcançar o seu objetivo.
- A reunião haverá e será feita no Distrito de TARACUA no dia 01 de janeiro de 1985, na presença das tres Comunidades indígenas — e convidamos também a presença do Chefe da ajudancia da FUNAI do Município de São Gabriel da Cachoeira AM.

Nada mais havendo para o momento aproveitamos a dar os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente seguem os abaixo assinado da NOVA DIRETORIA DE PARI-CACHOEIRA, MEMBROS DA DIRETORIA DE TARACUA, CAPITÃES DO DISTRITO DE PARI-CACHOEIRA e mais líderes dos povoados do Rio Tiquié.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

0

A escola é boa para aprender a ler e escrever, fazer contas e ficar sabendo umas outras coisas, mas também se aprende fazendo, não é? Fiz um arquinho, mãe!”

Maria Carolina



Todos os índios do Brasil, os nossos irmãos, falam “nós queremos ser tratados como seres humanos e não como coisas”.

Vamos nos unir e lutar, morrer se for preciso, não podemos aceitar mais a imposição da vontade dos outros.

Vamos exigir que todos, desde o governo federal até os nossos vizinhos nos tratem como gente livre, sem depender de ninguém.

A riqueza do índio é a terra. Terra e índio são uma mesma força de vida. Não podemos viver sem a terra, sem ela somos nada.

Vocês percebem que os governos só se interessam pelo comércio e pelas indústrias. Pelas grandes empresas. Não se interessa pela sobrevivência de nosso povo.

Lutamos pela demarcação das terras, e isso fica esquecido pelas autoridades.

Somos um incômodo para o governo. Quanta coisa a gente escuta no rádio, lemos nos jornais, tudo contra os interesses de nosso povo.

São interesses que querem acabar com nossas terras, querem acabar com os índios, principalmente os fazendeiros.

Como nos preparar contra toda essa violência?

Precisamos ter conhecimento de nossos direitos, conhecer o mundo civilizado, ver como são as coisas, só assim podemos nos defender.

Precisamos preparar o maior número de jovens indígenas, promover meios para que possam ter estudo no sentido de servir a luta de nossas comunidades.

É importante lembrarmos que não estamos só nesta luta. Entre os brancos há muitas pessoas interessadas em nos apoiar. Vamos nos organizar cada vez mais, vamos buscar esses apoios de nossos aliados e formar nossos jovens. Nossa esperança está nisso.

Bartolomeu Patira Pranhôpa

Jovem Xavante - estudando em S.P.